

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.531.512 - MS
(2019/0188998-9)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : EDMILSON ALVES OLMEDO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

EDMILSON ALVES OLMEDO agrava da decisão que inadmitiu o recurso especial que interpôs, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul** na Apelação n. 0001294-16.2015.8.12.0014.

O agravante foi condenado pelas infrações penais previstas nos arts. 306 do Código de Trânsito Brasileiro e 21 da Lei de Contravenções Penais. As penas foram fixadas no mínimo legal.

Nas razões do especial, a defesa apontou a violação do **art. 65, III, "d", do Código Penal**, ao argumento de que, uma vez reconhecida a confissão espontânea, as sanções deveriam ser fixadas aquém do cominado abstratamente aos delitos.

Asseverou a necessidade de superação da Súmula n. 231 do STJ, porquanto "reflete orientação jurisprudencial anterior a reforma do Código Penal, pois os precedentes citados para sua formação foram proferidos sob a égide do sistema pré-reforma de 1984" (fl. 238).

Requeru a readequação da pena.

O recurso foi **inadmitido** na origem por incidência da **Súmula n. 83 do Superior Tribunal de Justiça** (fls. 264-268).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do agravo (fl. 302-304).

Decido.

O agravo é tempestivo e infirmou os fundamentos da

decisão agravada, razões pelas quais comporta conhecimento.

O recurso especial também suplanta o juízo de prelibação, haja vista a ocorrência do necessário prequestionamento, além de estarem presentes os demais pressupostos de admissibilidade (cabimento, legitimidade, interesse, inexistência de fato impeditivo, tempestividade e regularidade formal), motivo por que avanço na análise de mérito da controvérsia.

Na hipótese, o réu foi condenado pelas infrações penais previstas nos **arts. 306 do Código de Trânsito Brasileiro e 21 da Lei de Contravenções Penais** a 6 meses de detenção, 10 dias-multa, suspensão da habilitação para dirigir por 2 meses e 15 dias de prisão simples.

Na primeira etapa da dosimetria, **as penas-base foram fixadas no mínimo legal**. A defesa postulou o reconhecimento da confissão espontânea, com a redução da sanção intermediária. A Corte de origem negou provimento ao pleito, sob os seguintes fundamentos (fl. 220, grifei):

Acerca da pretendida redução da pena em patamar aquém do mínimo legal na segunda fase da dosimetria, incabível.

Na segunda fase, **as atenuantes não devem causar impacto no apenamento de forma a reduzi-lo aquém do mínimo legal**, pois afronta o dever de observância aos parâmetros mínimo e máximo fixados na norma tipificadora, sob pena de violar frontalmente o princípio da reserva legal, insculpido no art. 5º, XXXIX da CF, que serve não só ao réu, mas à segurança jurídica. Portanto, é dentro dessa concepção mais ampla que os princípios constitucionais devem ser analisados e conjugados, não havendo como negar a prevalência do princípio da legalidade ou da reserva legal, que, aliás, vige de forma soberana no âmbito de Direito Penal.

Nesta senda a pretensão encontra óbice intransponível também na jurisprudência em face do **Enunciado da Súmula 231 do STJ**, ainda vigente [...]

Nesta interposição, a Defensoria Pública busca a diminuição da reprimenda, pela atenuante do art. 65, III, "d", do CP.

O tema já foi exaustivamente tratado por esta Corte

Superior, onde ficou solidificado o entendimento de que, conquanto haja a pena sido reduzida para o seu mínimo legal, não pode ser ainda mais abrandada, em razão do enunciado da Súmula n. 231 do STJ, *in verbis*: "A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal".

Não deixo, porém, de registrar minha pessoal dúvida quanto ao acerto desse entendimento, com o maior respeito aos defensores do tema, porquanto, não raras vezes, a realidade apresenta situações concretas em que a pena mínima obtida no processo judicial de individualização da sanção penal ainda parece ser excessiva e nada pode ser feito – mesmo ante a presença de circunstância atenuante – em virtude de uma categorização penal que se mostra inflexível.

Não é de se desconhecer, a propósito, que o Direito Penal hodierno se vê permanentemente premido por novos institutos – concebidos para uma criminalidade diversificada, mais complexa –, mercê dos quais se permite até mesmo, entre outros benefícios legais, o perdão judicial ao réu, decorrente de uma colaboração premiada (art. 4º da Lei 12.850/2013), que nada mais é do que uma confissão detalhada e vinculada a certos objetivos que a lei indica.

Faço o registro apenas como uma **sinalização de que, eventualmente, o tema seja revisitado**, com o amadurecimento das opiniões da comunidade jurídica – inclusive e, sobretudo, da judiciária –, certo de que, no momento, há preceito sumular a impedir que seja a questão tratada de modo contrário.

Dessa forma, a Corte de origem, ao indeferir a redução da reprimenda aquém do mínimo legal, **decidiu em consonância com o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema.**

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "b", parte final, do RISTJ, **conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.**

Em atenção ao requerimento de fls. 306-312, inclua-se, na autuação, a Defensoria Pública da União como representante do agravante.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator